A Secretaria Municipal de Saúde, através de seu gestor Alain Cesar Abreu, vem a todos comunicar os andamentos do possível arrendamento do Hospital Santa Cruz Ltda. Diante disso, a Secretaria, assim como o Prefeito Valdecir Biasebetti, vem incansavelmente em busca de alternativas e soluções para esse impasse no momento em nosso Município.

Primeiramente, queria fazer um breve relato do panorama geral da situação até a chegada desse momento, que foi o fechamento do Hospital Santa Cruz. Assim, o hospital tem um história de atuação no município há mais de 40 anos, sendo uma instituição privada, que prestava um serviço hospitalar complementar a prefeitura e a região. Contudo, sendo uma empresa privada e ao longo dos anos veio sofrendo dificuldades financeiras e de gestão interna entre os seus sócios, porém, era este o recurso disponível que se encontrava no município e conseguia dar um atendimento a população no nível de baixa e médica complexidade.

Logo, após a Pandemia do Covid-19, ficou evidente a necessidade de melhorar a rede de urgência e emergência do município e fortalecer laços com municípios visinhos ampliando nossa rede hospitalar, assim adquirindo serviços próprios do município que desafogaria as demandas do hospital, em seguencia foi implantado na cidade de Pinhão o Pronto Atendimento 24 horas e o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU 192. Todavia, o Hospital antes da implantação dos serviços, mantinha um contrato com a Prefeitura de prestação de serviços, que compunha no atendimento a população após as 17 horas até a 07 horas do dia seguinte, finais de semana e feriados, pois o atendimento da Secretaria de Saúde é sobre atenção básica.

Outro ponto importante para frisar, é que como também havia um contrato com a Secretaria do Estado do Paraná – SESA, a demanda sobre as gestantes municipais seriam absorvidas nesta casa hospitalar, através do programa Rede Mãe Paranaense, porém a instituição estava descredenciada desde o ano de 2020, por falta de requisitos estruturais e técnicos exigidos pela SESA, mas como contavam com um profissional obstetra na unidade, foi permitido o atendimento as gestantes estratificadas como de baixo risco e intermediário. Entretanto, haviam solicitações de readequação estrutural e técnicas pela SESA, além da ocorrênciade um óbito materno na instituição no ano de 2022, fato que acarretou, por meio da 5ª Regional de Saúde, a suspensão dos atendimentos e redirecionar os fluxos de atendimento das gestantes para Guarapuava, no Instituto Virmond.

Dessa forma, foi redirecionado o fluxo de atendimento das gestantes, fortalecido e ampliado os internamentos no distrito da Colônia Vitoria no Hospital Semmelweis, sendo mais uma porta de entrada para os pacientes de Pinhão que necessitam internamento hospitalar. E durante aproximadamente os dois anos de execução da implantação dos serviços, sempre fomos muito transparentes e claros sobre a renovação contratual com o Hospital Privado da cidade, de que, a partir do momento que nós absorvêssemos os atendimentos de urgência e emergência, através do Pronto Atendimento, não seria viável manter o contrato com o hospital contendo esse mesmo objeto, porém nossa demanda atual, seria as gestantes.

Logo, em reuniões com a própria direção do Hospital, Executivo, Legislativo, Conselho de Saúde, e toda a comunidade, não iríamos renovar um contrato com o mesmo objeto de serviços, e de maneira duplicada, pois como administração pública nós precisamos estar dentro dos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e do interesse público sobre o particular, pensar o que é mais viável com o dinheiro público e com o que esta sendo empregado, em serviços e bens para o município fazendo com que tais recursos tenham um retorno satisfatório ao munícipes, e esse e tal retorno seria um atendimento de saúde de qualidade a população com humanização e eficácia, até porque, precisamos justificar perante o Tribunal de Contas do Paraná – TCE como esse contrato foi realizado sendo que dispomos dos mesmos serviços no município de forma duplicada, isso logo se tornando inviável e gerando sanções a nós gestores e servidores públicos.

Sendo assim, como houve por parte da Direção do Hospital Santa Cruz uma proposta de alugar o imóvel assim como os bens móveis, para a Prefeitura em um valor inicial desproporcional, uma vez que não teve embasamento no valor de mercado essa oferta, visto que o contrato que tínhamos com a instituição para desenvolverem os atendimentos de forma restrita, como mencionado acima, era um repasse mensal de R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) e a oferta para alugar foi de R$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais) ao mês, fora todo o custo de mão de obra, equipe médica, de enfermagem, farmacêuticos, técnicos de raio x, administrativo, nutrição, alimentação, medicamentos e etc, que ficaria a cargo da administração pública, tal proposta além de ser inviável, em um custo médio sem muito estudo seria pra manter um hospital municipal funcionando dentro do que é aceitável dando toda assistência e serviços e equipamentos, teríamos um custo mensal de aproximadamente R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Dessa forma, um custo desse montante nesse momento para o município não teria condições financeiras para arcar com essas despesas, visto que, assinar um contrato por pressão ou imposição, não é a estratégia mais correta para um gestor realizar, pensando em um problema maior para o município no futuro. Assim como gestor da pasta da Secretaria de Saúde, trabalho com estratégia, planejamento e gestão de custo, até porque a matemática é uma ciência exata, ela não mente, se a conta é um milhão é um milhão que preciso para honrar essa obrigação, ou seja, dinheiro em caixa para arcar com as despesas com a logística que é um hospital, e não tornando-se inadimplente perante todos, até porque estamos falando de vidas humanas e se não for nessa linha responsabilidade de gestão eu como gestor, penso que o contrario disso não funciona.

Sendo assim, buscando alternativas para solucionar o problema, em conversa com o Reitor do Centro Universitário Campo Real e sua equipe, o mesmo nos ofereceu parcerias no futuro, em uma eventual possibilidade do município dar andamento as atividades hospitalares, abrindo então as portas do município para a universidade estar nos auxiliando com residentes de medicina, enfermagem, nutrição, bioquímicos, farmacêuticos, psicologia, professores e com consultorias em saúde para estarmos prestando um atendimento farto em recursos tanto técnico, científico e com qualidade.

Um segunda alternativa, foi através de uma reunião com o Secretário de Estado do Paraná, o Sr. Beto Preto, informando a real situação do município de Pinhão e que a solução desse problema é do Estado também, tal que, fortalecendo o município com a rede hospitalar, reduziria a sobrecarga da demanda dos hospitais de Guarapuava que estão lotados, pois são vinte municípios da 5ª Regional de Saúde que são atendidos nesses hospitais, e o Pinhão tendo um hospital equipado e em perfeito funcionamento poderia atender as demais regiões. Conforme, falas do próprio Secretário de Estado, o município de Pinhão terá apoio na execução desse projeto.

Diante de todo o exposto, o que nós estamos no momento é levantando todos os custos com aluguel, empresa médicas, empresas de enfermagem, e todas as informações em orçamentos que precisamos para por na ponta do lápis e mensurar o real gasto com um possível hospital municipal, porque precisaremos manter o hospital em funcionamento e esse dinheiro tem que estar certo e em mãos da prefeitura para executar os serviços, caso contrario sem recurso financeiro não se tem saúde.